
HOMOFOBIA: DISCUTINDO A DISCRIMINAÇÃO NO MEIO ESCOLAR

HOMOPHOBIA: DISCUSSING THE DISCRIMINATION IN THE MIDDLE SCHOOL

Jackeline Maria de Souza (UFS) ¹
Joilson Pereira da Silva (UFS) ²

RESUMO: Fazendo uma leitura das relações sociais a partir da heteronormatividade e do heterossexismo, o presente trabalho teve como objetivo discutir como essa forma de discriminação vem se configurando atualmente no ambiente escolar. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, buscando compreender essa questão na perspectiva dos diversos atores dessa instituição, a fim de problematizar essa relevante temática também nas escolas.

Palavras-Chave: Homofobia. Escolas. Heterossexismo.

ABSTRACT: Doing a reading of social relations from the of heterosexism and heteronormativity, this study aimed to discuss how this form of discrimination is currently shaping up in the school environment. To this end, we performed a literature review seeking to understand this issue from the perspective of various actors of this institution in order to problematize this important topic also in schools.

Keywords: Homophobia. Schools. Heterosexism.

HETEROSEXISMO E PRECONCEITO SEXUAL COMO A BASE PARA A DISCRIMINAÇÃO

Até então naturalizada, a heteronormatividade – postura que coloca o modo de se relacionar heterossexual como sendo o “correto” em detrimento das relações entre pessoas do mesmo sexo – só vem a ser reconhecida como um processo social, ou seja, como algo que é socialmente produzido e, conseqüentemente, passível de problematização, a partir da

¹ Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, vinculada ao grupo de pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceito e Racismo. E-mail: jackeline.souza1@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha (2005). Adjunt II da Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: joilsonp@hotmail.com



ação de intelectuais ligados aos estudos da sexualidade, especialmente aos estudos gays, lésbicos e à teoria queer.

Anterior a esse momento, a naturalização da heterossexualidade e as explicações biologicistas e religiosas – que compreendem, respectivamente, a homossexualidade como pertencente ao quadro das patologias e condenam essa prática, afirmando ser pecado – fez com que, até meados do século XX, o preconceito sexual e as práticas discriminatórias frente às minorias sexuais, os quais formam o grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), fossem negligenciados pelos estudos científicos (CERQUEIRA-SANTOS & DESOUZA, 2011).

Contudo, buscar romper com essa barreira do discurso religioso ou biologicista não foi suficiente para se pensar a heteronormatividade e a homofobia. Atualmente, faz-se necessário compreender essa norma e esse preconceito para além de um processo cognitivo individual, envolvendo também os arranjos culturais que estão implicados nesse processo. Ou seja, uma vez que o Brasil, e dentro dele o Nordeste, é considerado possuidor de uma cultura machista, com papéis bem demarcados de masculinidade, os estudos de gênero devem ser abordados tendo consciência desse arranjo social.

Nessa relação de legitimação/negação das diferentes formas de sexualidade, o modelo hegemônico de masculinidade impõe parâmetros, também, para os heterossexuais, que no caso dos homens os levam a afirmarem sua sexualidade e virilidade a partir de comportamentos agressivos (SCHPUN, 2004). Assim, para a construção de uma identidade masculina, é demandado a recusa aos papéis sociais comumente relacionados ao feminino, como a delicadeza ou a emoção. Além de negar esse estereótipo, é assumido como mecanismo psicológico, o insulto àquele que foge a regra e viola o perfil do ser masculino. As humilhações sexistas é um desses mecanismos (JUNQUEIRA, 2009a).

Nessa perspectiva, o preconceito contra pessoas que mantêm relações homossexuais não estaria pautado somente nas normas, crenças e sistemas de valores que envolvem a relação entre pessoas do mesmo sexo, mas também nos estereótipos criados em torno dos papéis femininos e masculinos socialmente construídos. Nessa norma estaria

envolvido o papel de gênero do homem enquanto sujeito ativo e da mulher enquanto um ser passivo. Esses estereótipos, por sua vez, colocam a homossexualidade não apenas como classificação para a relação afetivo e sexual entre pessoas do mesmo sexo, mas, principalmente, em assumir nessa relação o papel que seria do gênero oposto. Isso leva, por exemplo, o homem que, mesmo tendo relação sexual com outro homem, uma vez assumindo a posição ativa, a não se considerar homossexual (NUNAN, 2003; CERQUEIRA-SANTOS & DESOUZA, 2011). Ou seja, “os homossexuais se tornam uma ameaça não por violar tabus sexuais, mas por ir contra normas de gênero” (NUNAN, 2003, p.83).

Nesse sentido, o conceito de homofobia pode ser estendido para referir também a situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas (homossexuais ou não), cujas características e expressões de gênero (gostos, vestimentas, estilos, comportamentos etc.) não se enquadram nos modelos hegemônicos ditados por tais normas sociais (JUNQUEIRA, 2009b). Seguindo essa compreensão, a homofobia poderia, igualmente, ser estendida para além de um comportamento individual de uma postura anti-homossexual, passando a ser lida a partir de diversos outros contextos, como no campo cultural, educacional, jurídico e político, entre outros. Isto é, muito além de uma agressão física, a homofobia pode ser vista como um fator de restrição para esses cidadãos que têm violados seus direitos mais básicos, tais como o direito à vida, à saúde e à educação (JUNQUEIRA, 2009b).

Outra roupagem que essa norma social dá ao preconceito contra homossexuais é o que Nunan (2003) chama de “reputação bem merecida”. Segundo o autor, esse processo seria a tentativa de justificar o preconceito, colocando a culpa na vítima, já que este foi responsável por cometer um “desvio” da norma instituída socialmente. Deste modo, o sujeito tira de si e da sociedade a responsabilidade e alega não possuir preconceito.

Além da responsabilização do outro, o nível de preconceito também é influenciado pela forma como o sujeito representa a causa da homossexualidade. Quando o sujeito compreende que essa prática é algo incontrollável, determinado por questões biológicas, eles tendem a diminuir o preconceito. Logo, aqueles que colocam a homossexualidade como

opção, enquanto algo controlável, percebem esta prática com maior preconceito e tendem a agir de forma discriminatória (CROCKER, 1998 *apud* NUNAN, 2003).

Diante do exposto, fica claro que a norma social da heteronormatividade torna-se hegemônica na cultura, ganhando espaços de diversos ambientes a sociedade. Segundo Louro (2007), na escola não acontece o contrário. Portanto, os sujeitos que fogem à norma sexo/gênero/sexualidade e destoem da maioria social, são colocados à margem. No âmbito escolar essa exclusão é refletida na elaboração do projeto curricular, no qual a atenção é voltada para a maioria, os quais são vistos como normais.

Ainda sobre esse contexto, Junqueira (2009a) destaca ser esse um ambiente que

configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (p.15)

Na escola, bem como em outros contextos, a homossexualidade é encarada como “contagiosa”, o que promove, conseqüentemente, a exclusão dessas pessoas, uma vez que a aproximação pode ser compreendida como uma identificação a tal identidade, o que vem a reforçar a marginalização desse grupo (LOURO, 2007). Outro fator que contribui para tal fenômeno é a heterossexualidade presumida, o que faz com que os professores conduzam suas aulas como se naquele contexto todos fossem iguais e a homossexualidade não fizesse parte dessa realidade (JUNQUEIRA, 2009a).

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir teoricamente como essa norma vem se configurando atualmente, especificamente no ambiente escolar. Essa discussão se torna ainda mais relevante se for considerado o fato de o tema homossexualidade continuar sendo visto como um tema tabu na sala de aula, chegando os professores a assumir um desconhecimento em relação ao tema. Além disso, a escola é considerada um ambiente inserido nesse contexto maior e que não só reproduz, mas

também produz arranjos capazes de favorecer e fortalecer o preconceito e discriminação frente a pessoas que estabeleçam uma relação homoafetiva ou apresentem características comumente associadas ao outro sexo.

Porém, destaca-se que essa reflexão não tem como intuito julgar ou culpabilizar a escola, mas sim tornar consciente tal problemática e pensar na efetivação de ações que busquem romper com essa violência, unindo todos os seus atores sociais em torno do combate à homofobia.

A relevância de tal temática é mais visível se considerarmos que além de ser um tema tabu para as escolas, percebe-se que este também é um ponto pouco discutido com a população adolescente, sendo ainda um campo pouco explorado pelas pesquisas científicas. Segundo Werebe (*apud* TAQUETTE *et al*, 2005), a discussão sobre essa temática ficou, durante muito tempo, restrita aos psiquiatras e psicanalistas, relacionando a homossexualidade ao pecado, perversão e/ou doença. Atualmente, a temática tem sido relacionada à Aids e à vulnerabilidade do grupo que desenvolve essa forma de relação ao vírus HIV. Desta forma, percebe-se que a educação ainda encontra-se à margem dessas discussões, sendo a escola pouco vista como um local capaz de produzir conhecimento e discutir pontos dessa temática, como o respeito às diferenças sexuais, os direitos dessa minoria social, as novas conjunturas de família, entre outros.

A MANIFESTAÇÃO DA HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

De modo geral, tal como se pode perceber na sociedade, a homofobia está presente em diferentes grupos, variando as idades, profissionais e locais. Desta forma, no ambiente escolar, essa realidade é vista perpassando por diversos dos seus atores sociais, desde funcionários (professores e direção) e pais, chegando até os alunos.

No que tange aos profissionais, quando estes se deparam com as cenas de agressão contra homossexuais, de desistência de alunos porque eram vítimas de agressões em virtude de serem homossexuais, bem como da indiferença da escola frente a essa situação, ainda é frequente a banalização do fato por parte dos professores, tal como percebida na fala de

uma dessas profissionais que avalia essa situação da seguinte forma: “Mas não é nada tão grave não” (ABRAMOVAY, CASTRO & SILVA, 2004, p.288).

Em pesquisa realizada em treze capitais brasileiras e no Distrito Federal – nos níveis de Ensino Fundamental e Médio – da Rede Pública de ensino, entre outros dados, foi observado que os professores afirmam não saber como abordar o tema da homossexualidade em sala de aula. A porcentagem desse tipo de resposta variou entre 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória. Ainda entre esse público, variaram entre 12% e 20%, a depender do Estado, aqueles que acreditam ser a homossexualidade uma doença. Vale ressaltar que esses preconceitos nos adultos acabam por se refletir em condutas passivas frente a cenas homofóbicas. Isto foi sinalizado pelas vítimas como mais traumatizante do que a própria passagem de discriminação diretamente observada (ABRAMOVAY, CASTRO & SILVA, 2004).

Esses dados demonstram a urgente necessidade de diálogo com essa classe, uma vez que estes estão diretamente ligados à formação de opinião no ambiente escolar. Dado essa realidade, Louro (2007) afirma ser a escola, lugar do conhecimento, o lugar do desconhecimento e da ignorância em relação à sexualidade.

Observa-se, além disso, o despreparo da escola em lidar com o tema, já que esta aponta algumas dificuldades para justificar seu não enfrentamento à homofobia, a saber: a negação desse fenômeno no âmbito escolar; a hierarquização – nas quais outras questões sociais são colocadas como prioridades e o preconceito sexual é posto em segundo plano –; o apelo ao senso de oportunidade, em que a convivência sem preconceitos e os direitos dos homossexuais são colocados a cargo do tempo, sendo meta para as próximas gerações; e, por fim, a antecipação fatalista, representada pela falta de esperança frente à mudança de uma sociedade homofóbica para uma sociedade verdadeiramente igualitária (JUNQUEIRA, 2009b).

Destarte, vale à pena discutir e apoiar a escola como tendo um papel mais ativo contra tais violências, seja ela motivada pela homofobia ou em um nível mais amplo de desrespeito à alteridade, buscando romper com os discursos – dentro dessa instituição – que

colaboram para a manutenção dessas desigualdades e fornecer subsídios para que essas dificuldades sejam sanadas.

Esses dados se tornam ainda mais relevantes com base em estudos (JUNQUEIRA, 2009a) que demonstraram, em dados preliminares, um alto índice de homofobia nas escolas. Alguns exemplos dessa violência podem ser os apelidos que rotulam o aluno como “o veadinho da escola”, passando a ser alvo de olhares e comentários repressivos enquanto passa a ter seu nome, junto a xingamentos, registrado nas paredes e objetos da escola (CAETANO & RANGEL, 2003).

Buscando responder a essa questão, Abramovay, Cunha & Calaf (2010) destacam que a discriminação por a pessoa ser ou parecer homossexual corresponde a 63,1% das discriminações já observadas pelos alunos na escola, representando um dado alarmante, o que, como tal, deve despertar interesse de pesquisadores e ser alvo de políticas públicas.

No que diz respeito aos alunos, essa mesma pesquisa demonstrou que 33,5% dos meninos de Belém, entre 40% - 42% no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza, e mais de 44% em Maceió e Vitória, assumem não gostar de ter colegas homossexuais na mesma sala de aula. Essa rejeição ao contato, quando posto em comportamento, pode ser observada no fato de esses mesmos alunos avaliarem o ato de “bater em homossexuais” como, entre os meninos, o mesmo agravante em uma lista que continham seis exemplos de comportamentos agressivos (atirar em alguém, estuprar, usar drogas, roubar, andar armado e bater em homossexuais). Entre as meninas, essa forma de agressão foi considerada a terceira mais grave (ABRAMOVAY, CASTRO & SILVA, 2004).

Esse índice de rejeição em compartilhar o ambiente escolar com sujeitos homossexuais é ainda superior quando observado entre os pais desses alunos. No Distrito Federal foi encontrado o menor valor (17,4%). Os maiores valores foram observados nas capitais nordestinas Fortaleza e Recife, sendo 59% e 60%, respectivamente (ABRAMOVAY, CASTRO & SILVA, 2004).

Em pesquisa realizada por Toneli (2006) em uma escola da Rede Pública de ensino de Florianópolis, percebeu-se que, ao abordar o tema da sexualidade, os jovens não relatavam sobre a homossexualidade, evidenciando que este tema é tratado como um

campo que não se pode tocar, nem nomear. Vale ressaltar que esse não é um caso único que foge da norma geral da nossa sociedade, mas sim, mais uma visualização de como a heteronormatividade está presente na vida dos jovens brasileiros, na qual a temática ainda é considerada um conteúdo tabu, principalmente no ambiente escolar.

Nessa mesma pesquisa, embora os jovens afirmem que caso descubram que um amigo é *gay*, estes não se afastariam dele, ainda assim, estes fazem piadas, se preocupam com o que os outros vão falar e necessitam de um acordo explícito no qual o amigo homossexual afirme que nunca “dará em cima dele”, demarcando muito bem o limite dessa amizade. No que tange aos direitos dos homossexuais, em um dos grupos focais, ficou bastante demarcado que este grupo merece os mesmos direitos que os heterossexuais, porém, essa não foi uma visão unânime, sendo rejeitada pelos participantes do outro grupo focal (TONELI, 2006).

Esses dados trazem uma discussão qualitativa de como hoje a homossexualidade continua colocada à margem do tema sexualidade, fazendo com que os sujeitos homossexuais se tornem alvos de limitações nas suas relações interpessoais. Além disso, os mesmos ainda se tornam fonte de agressões que, entre os jovens, recebem o nome de “piadas e brincadeiras”, mas que, quando imposta a partir de uma relação desigual de poder e uma periodicidade, torna-se a motivação para a violência escolar, ocasionando todos os prejuízos e sofrimento que este pode acarretar.

O consentimento dessas práticas excludentes e legitimadas pelos atores escolares, como professores e demais funcionários, estruturam uma dinâmica institucional pouco conhecida, fazendo-se necessárias mais pesquisas na área que permitam conhecer como a homofobia se manifesta no âmbito escolar e quais as causas e consequências dessa prática, bem como a forma que esta se relaciona com outras esferas, como desempenho escolar e qualidade das relações interpessoais. Somente de posse de tal conhecimento poderão ser pensadas intervenções efetivas. Desta forma, o mapeamento da violência escolar, em especial frente a grupos minoritários, torna-se de suma importância para a implementação de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

PROGRAMA “BRASIL SEM HOMOFOBIA”

Por reconhecer tal realidade de discriminação e violência sofrida e pela organização desde a década de 80 do grupo LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis), após um histórico de reivindicações, em 2004 foi lançada a política pública “Brasil sem homofobia”. Esse programa tem como objetivo combater a violência contra esse grupo, bem como promover a cidadania e o reconhecimento dos seus direitos. Para tanto, este tem como principal forma de atuação as campanhas educativas em torno do tema da diversidade sexual.

De tal modo, além dos objetivos gerais já destacados aqui, o programa faz uma reflexão sobre o papel do político nesse novo cenário de aceitação e valorização das diferenças, sendo de suma importância a mudança de posturas dos gestores públicos, uma vez que as ações que devem ser efetivadas por eles são incompatíveis com uma postura discriminatória. Seriam elas:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p.11).

Esse movimento em busca pelos direitos do público LGBT já teve seu avanço na Declaração de Santiago em 2000, no qual todos os países do continente se comprometeram a atuarem na prevenção e combate às diversas e mais graves formas de discriminação, entre elas, a homofobia. Em 2002, a segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II, 2002) aponta ações a serem adotadas pelo Governo Brasileiro, a fim de sensibilizar a sociedade para a efetivação dos direitos garantidos a todos os cidadãos brasileiros, garantindo os direitos tão violados do grupo LGBT e, assim, combater a discriminação em virtude da orientação sexual.

Em novembro do ano seguinte (2003), foi criado pelo CNCD, o grupo de trabalho que teria como missão a construção do Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLTB), e de Promoção da Cidadania Homossexual, que veio unir forças para a construção desse mesmo objetivo. Esse grupo, por sua vez, contribuiu para a elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais definido no Plano Plurianual – PPA 2004-2007.

Segundo o Programa “Brasil sem Homofobia”, o objetivo central desse trabalho foi o de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p.11). Desta forma, a fim de se atingir tal objetivo, estruturou-se o programa de ação com base em onze eixos, a saber:

Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; Legislação e Justiça; Cooperação Internacional; Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade; Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual; Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual; Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; Política para a Juventude; Política para as Mulheres; Política contra o Racismo e a Homofobia (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

Assim sendo, pode-se perceber que as ações versam sobre diversas áreas de atuação, buscando compreender o sujeito de modo integral com articulação entre diversos setores, como saúde, educação e trabalho, além de destacar a associação dessa causa com outros grupos minoritários, como mulheres e negros. Dado o tema do presente trabalho, destacam-se os pontos “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual” e “Política para a Juventude”.

Em suma, o primeiro ponto discute a função do sistema de ensino no objetivo maior de luta contra a discriminação, atuando junto a professores, organização do material político pedagógico, além de estimular e difundir o conhecimento científico em torno do tema da discriminação e da sexualidade. No tópico “Política para a juventude” destaca-se a necessidade de formular ações de atuação junto a adolescentes da comunidade LGBT, bem como elaborar e implantar projetos de combate à homofobia nas escolas e nas diversas instituições que possuem contato com esse jovem.

Diante de tais ações, vale destacar que embora o programa esteja diretamente relacionado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, o papel desse órgão faz menção às atividades de articulação, implantação e avaliação. Porém, para atingir tal objetivo, se faz necessário unir forças com diversos outros setores, tanto do poder público, quanto da sociedade civil.

Desta forma, a mera construção de leis e programas não garante a real execução e a mudança efetiva de práticas culturais e comportamentais, sendo necessário o apoio da população em geral e a inserção cada vez maior das minorias sociais nos ambientes de convívio coletivos, uma vez que, tal como já destacados em diversos estudos, o contato ainda é uma das principais vias de diminuição do preconceito e, conseqüentemente, da discriminação (LIMA, 2011).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M., CASTRO, M.G. & SILVA, L.B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ABRAMOVAY, M., CUNHA, A.N., CALAF, P.P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. 2.ed. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2010.
- CAETANO, M.; RANGEL, Mary. Os excluídos das representações da exclusão. I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. UERJ, Rio de Janeiro, 2003.
- CERQUEIRA-SANTOS, E., DESOUZA, E. Preconceito e discriminação contra minorias sexuais: o caso da homofobia. Em: Techio, E.M., Lima, M.E.O. (Org) **Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal**. Brasília: Technopolitik, p. 247-272. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil sem homofobia**: Programa de combate a violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da saúde, 2004.

JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em: Junqueira, R.D. (org). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, p. 13-51, 2009a.

JUNQUEIRA, R.D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. Em: Junqueira, R.D. (org). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO. p. 367-444. 2009b.

LIMA, M.E.O. Preconceito. In: TORRES, et al (Orgs). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. Brasília: Technopolitik, p.451-500, 2001.

LOURO, G.L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NUNAN, A. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansara, 2003.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Masculinidades**: múltiplas perspectivas para um objeto plural. São Paulo: Boitempo, 2004

TAQUETTE, S.R.; VILHENA, M.M.; SANTOS, U.P.P.; BARROS, M.M.V. Relatos de experiência homossexual em adolescentes masculinos. **Ciência e Saúde Coletiva**. V.10, n.2.p.399-407. 2005.

TONELI, M.J.F. Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gêneros. **Revista de Psicologia da Vetor Editorial**. v.7, n.2. jul./dez. p. 31-38. 2006.

Recebido: 15/09/2011

Aceito: 06/10/2011